

O ano de 1934 marca algumas mudanças importantes na política brasileira. Nele se dá o fim do Governo Provisório, no qual Getúlio Vargas iniciava sua trajetória política nacional, marcada pela entrada em cena de uma série de novos elementos políticos. Ocorre então a Assembléia Constituinte que deveria enfim eleger o Presidente da República, legitimando o governo que tomara o poder em 1930 das mãos da oligarquia. Com a nova inserção do país na divisão internacional do trabalho, tornam-se necessárias modificar essas relações, tendo em vista a gama de modificações que estão se dando a nível econômico. Temos nesse período a consolidação de uma série de questões que começam a se complexificar, são as relações trabalhistas. O país passa por uma renovação das suas forças produtivas, deixa de ser dominante o modelo oligarca agro-exportador e passa a investir na diversificação da produção no âmbito agrícola, pecuarista e ainda, propiciam-se investimentos na industrialização. Essas mudanças trazem consigo então, a necessidade de alterações sociais. Assim como nesse período dá-se a consolidação do poder nas mãos da burguesia, que passa a assumir-se e agir como classe social dominante, por outro lado, consolida-se a classe trabalhadora, que inicia, ainda que incipientemente a sua organização. Nesse momento, existe um grande medo por parte da burguesia da influência de idéias socialistas e comunistas trazidas com a Revolução Bolchevique de 1917. O presente trabalho tem como fonte primária os anais da Assembléia Nacional Constituinte de 1934, nos quais ocorrem discussões acerca do caráter da Revolução Russa de 1917 e do comunismo. Essas discussões tinham como objetivo denegrir a imagem da revolução e tentar impedir a disseminação das idéias revolucionárias. De fundo essa questão tem que a organização da classe trabalhadora devia dar-se sob a tutela da Estado, o que acontecerá no Estado populista. Estava claro que eram necessárias mudanças, mas essas deveriam acontecer apenas sob a égide do Estado. (FAPERGS)